



VALE DO SERTÃO
TRANSMISSORA DE ENERGIA
S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2025

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8

Notas explicativas

1. Contexto operacional.....	9
2. Setor Elétrico no Brasil.....	10
3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.....	11
4. Principais práticas contábeis regulatórias	11
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	13
6. Investimentos temporários.....	13
7. Concessionárias e permissionárias.....	14
8. Imobilizado	15
9. Intangível.....	16
10. Empréstimos, financiamentos e debêntures	17
11. Dividendos declarados.....	19
12. Patrimônio líquido.....	20
13. Pessoal e Administradores	21
14. Resultado financeiro líquido.....	22
15. Partes relacionadas	22
16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social	24
17. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários	24
18. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	28
19. Conciliação do resultado societário e regulatório	28
20. Demonstração dos fluxos de caixa.....	29
21. Seguros.....	29
22. Eventos subsequentes	30



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas da
Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.087	32.137
Investimentos temporários	6	46.773	45.815
Concessionárias e permissionárias	7	24.889	22.488
Serviços em curso		1.800	1.112
Tributos compensáveis		10.894	6.501
Despesas pagas antecipadamente		-	15
Outros ativos circulantes		155	646
Total do circulante		97.598	108.714
Não circulante			
Investimentos temporários	6	16.932	15.209
Tributos compensáveis		-	3
Imobilizado	8	636.663	640.295
Intangível	9	2.697	2.723
Total do não circulante		656.292	658.230
Total do ativo		753.890	766.944
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5.440	6.401
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	35.537	35.013
Dividendos declarados	11	1.839	7.216
Tributos a recolher		10.171	6.374
Encargos setoriais		2.135	1.687
Outros passivos circulantes		7.316	8.123
Total do circulante		62.438	64.814
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	429.450	458.044
Total do não circulante		429.450	458.044
Total do passivo		491.888	522.858
Patrimônio líquido			
Capital social	12	141.712	118.770
Reservas legal		10.962	22.942
Reservas de lucros a realizar		405.036	239.461
Reservas de incentivos fiscais		76.863	52.431
Reservas para investimento e expansão		130.749	114.314
Dividendos adicionais propostos		-	68.138
Proventos excedentes da contabilidade societária		(503.320)	(371.970)
Total do patrimônio líquido		262.002	244.086
Total do passivo e patrimônio líquido		753.890	766.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Notas	2025	2024
<u>Receita / Ingresso</u>			
Transmissão de energia		168.223	158.591
Outras receitas		66	-
		<u>168.289</u>	<u>158.591</u>
<u>Tributos</u>			
PIS-PASEP		(2.766)	(2.826)
Cofins		(12.578)	(13.015)
		<u>(15.344)</u>	<u>(15.841)</u>
<u>Encargos</u>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.499)	(1.476)
Taxa de fiscalização		(576)	(558)
		<u>(2.075)</u>	<u>(2.034)</u>
Receita líquida/ Ingresso líquido		<u>150.870</u>	<u>140.716</u>
<u>Custos gerenciáveis</u>			
Pessoal e administradores	13	(3.987)	(3.679)
Material		(65)	(57)
Serviços de Terceiros		(2.541)	(2.639)
Arrendamentos e aluguéis		(53)	(29)
Depreciação e amortização		(18.854)	(18.843)
Outros		(106)	(573)
		<u>(25.606)</u>	<u>(25.820)</u>
Resultado da atividade		<u>125.264</u>	<u>114.896</u>
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras	14	11.227	10.567
Despesas financeiras		(39.794)	(44.809)
		<u>(28.567)</u>	<u>(34.242)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>96.697</u>	<u>80.654</u>
<u>Despesas com impostos sobre o lucro</u>			
Imposto de renda e contribuição Social	16	(33.236)	(24.090)
Incentivos fiscais		24.432	19.149
		<u>(8.804)</u>	<u>(4.941)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>87.893</u>	<u>75.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	87.893	75.713
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>87.893</u>	<u>75.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		118.770	21.945	245.689	33.282	84.689	39.106	(328.786)	-	214.695
Dividendos adicionais distribuídos - 2023		-	-	-	-	-	(39.106)	-	-	(39.106)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	75.713	75.713
Destinação do lucro										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	12	-	-	-	19.149	-	-	-	(19.149)	-
Constituição de reserva legal	12	-	997	-	-	-	-	-	(997)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	12	-	-	(6.228)	-	-	-	-	-	(6.228)
Constituição de reserva para investimento e expansão	12	-	-	-	-	29.625	-	-	(29.625)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	-	(988)	(988)
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	68.138	-	(68.138)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	12	-	-	-	-	-	-	(43.184)	43.184	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		118.770	22.942	239.461	52.431	114.314	68.138	(371.970)	-	244.086
Aumento de capital	12	22.942	(22.942)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos - 2024		-	-	-	-	-	(68.138)	-	-	(68.138)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	87.893	87.893
Destinação do lucro										
Constituição de reserva de incentivos fiscais	12	-	-	-	24.432	-	-	-	(24.432)	-
Constituição de reserva legal	12	-	10.962	-	-	-	-	-	(10.962)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	-	(1.839)	(1.839)
Constituição de reserva para investimento e expansão	12	-	-	-	-	16.435	-	-	(16.435)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	12	-	-	165.575	-	-	-	-	(165.575)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	12	-	-	-	-	-	-	(131.350)	131.350	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		141.712	10.962	405.036	76.863	130.749	-	(503.320)	-	262.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	87.893	75.713
Ajuste para:		
Amortização do imobilizado e intangível	18.854	18.843
Baixas	-	2.560
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	34.453	36.451
Rendimentos de aplicações financeiras (1)	(8.282)	(9.779)
Imposto de renda e contribuição social corrente	8.804	4.956
	<u>141.722</u>	<u>128.744</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos e passivos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(2.401)	(2.923)
Tributos compensáveis	(4.390)	(48)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(3)
Serviços em curso	(688)	(350)
Despesas pagas antecipadamente	15	(12)
Outros ativos circulantes	491	(133)
Fornecedores	(961)	70
Tributos a recolher	(38)	30
Imposto de renda e contribuição social a recolher	664	-
Encargos setoriais	448	339
Outros passivos	(816)	3.869
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>134.046</u>	<u>129.583</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	3.297	9.779
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(30.781)	(31.276)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.624)	(4.496)
	<u>(33.108)</u>	<u>(25.993)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>100.938</u>	<u>103.590</u>
Atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(15.196)	(9.622)
Aquisições no ativo intangível	-	(10)
Aplicações e resgates	2.304	15.950
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimento	<u>(12.892)</u>	<u>6.318</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(31.742)	(31.755)
Pagamento de dividendos	(75.354)	(46.221)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(107.096)</u>	<u>(77.976)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(19.050)</u>	<u>31.932</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.137	205
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>13.087</u>	<u>32.137</u>
Redução (aumento) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(19.050)</u>	<u>31.932</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Vale do Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Vale do Sertão", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.460/0001-04 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão Buritirama – Queimada Nova II, em 500(*) Kv, segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 380(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Queimada Nova II.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
010/2017	30 anos	10/02/2047	156.658	148.744	IPCA

(*) Não auditado.

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A RAP garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 10/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1605/2021, com validade até 11 de dezembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3 Alteração de controle societário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pelo *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPO)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica a ser disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário procederá durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada rede básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta rede básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão Regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 17 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 27 de abril de 2026.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	75	28
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	10.559	32.109
Operações compromissadas	2.453	-
Total	<u>13.087</u>	<u>32.137</u>

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. A variação é decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos no exercício.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 98,13% a.a. do CDI (102,96% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Investimentos temporários

	2025	2024
Circulante		
Cotas de fundos de investimento (a)	46.773	45.815
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	16.932	15.209
Total	<u>63.705</u>	<u>61.024</u>

(a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.

(b) Referem-se às aplicações restritas a garantia de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 99,07% a.a. do CDI (94,84% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer (até 60 dias)	15.694	15.464
Saldos vencidos		
90 dias	479	1.311
de 91 a 180 dias	807	828
de 181 a 360 dias	224	1.634
acima de 361 dias (a)	7.685	3.251
Total (b)	24.889	22.488

(a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

(b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Máquinas e Equipamentos	680.814	-	-	680.814	(74.856)	605.958	624.694
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.770	-	-	2.770	(382)	2.388	2.480
Subtotal	683.584	-	-	683.584	(75.238)	608.346	627.174

Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	840	-	-	840	-	840	840
Máquinas e Equipamentos	5.598	19.554	-	25.152	-	25.152	5.598
Adiantamentos a Fornecedores	6.683	(4.358)	-	2.325	-	2.325	6.683
Subtotal	13.121	15.196	-	28.317	-	28.317	13.121

Total do imobilizado	696.705	15.196	-	711.901	(75.238)	636.663	640.295
----------------------	---------	--------	---	---------	----------	---------	---------

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		683.584	(75.238)	608.346	627.174
Custo Histórico	2,94%	683.584	(75.238)	608.346	627.174
Em Curso					
Transmissão		28.317	-	28.317	13.121
Custo Histórico		28.317	-	28.317	13.121
Total do imobilizado		711.901	(75.238)	636.663	640.295

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	14.439	5.115	19.554
Adiantamento a fornecedores	(4.358)	-	(4.358)
Total das adições	10.081	5.115	15.196

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	6,28%
Estrutura Geral	2,77%
Condutor de Sistema	2,70%

9. Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão						
Servidões	2.067	-	2.067	-	2.067	2.067
Outros	767	-	767	(224)	543	569
Subtotal	2.834	-	2.834	(224)	2.610	2.636
Intangível em curso						
Transmissão						
Outros	38	10	48	-	48	38
Subtotal	38	10	48	-	48	38
Administração						
Softwares	49	(10)	39	-	39	49
Subtotal	49	(10)	39	-	39	49
Total do imobilizado	2.921	-	2.921	(224)	2.697	2.723

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

10.1 Abertura do endividamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.448	32.089	429.450	464.987											
Banco do Nordeste (BNB)	1.282	21.234	346.844	369.360	Sim	jun/18	Aval/Fiança	IPCA	2,08%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/07/2038	Mensal	SAC
1ª Emissão de Debêntures – 1ª	1.132	4.859	45.698	51.689	Sim	fev/19	Fidejussória	IPCA	4,80%	15/01/2026	Semestral	15/01/2026	15/01/2033	Semestral	Outro, especif. no cronograma
1ª Emissão de Debêntures – 2ª	1.034	6.505	41.160	48.699	Sim	fev/19	Fidejussória	IPCA	4,65%	15/01/2026	Semestral	15/01/2026	15/01/2034	Semestral	Outro, especif. no cronograma
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	-	(142)	(1.650)	(1.792)	Sim	dez/20	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/07/2038	N.A.	N.A.
Custo de Captação - Debêntures	-	(367)	(2.602)	(2.969)	Sim	fev/19	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/01/2034	N.A.	N.A.

10.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
Banco do Nordeste (BNB)	22.912	24.039	25.228	26.479	27.791	220.396	346.844
1ª Emissão de Debêntures - 1A	5.553	6.256	6.967	7.690	8.424	10.808	45.698
1ª Emissão de Debêntures - 2A	5.653	4.721	5.043	4.715	5.349	15.679	41.160
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	(142)	(142)	(142)	(142)	(143)	(939)	(1.650)
Custo de Captação - Debêntures	(367)	(368)	(367)	(367)	(367)	(766)	(2.602)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	33.609	34.506	36.728	38.375	41.054	245.178	429.450

10.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal + Juros CP	Principal+ Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	59.860	16.932	76.792	93.071
Caixa e aplicações financeiras	75	-	75	28
Aplicação financeira CDB	10.559	-	10.559	32.019
Operações compromissadas	2.453	-	2.453	-
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	13.087	-	13.087	32.047
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	46.773	-	46.773	45.815
Aplicação financeira - Recursos vinculados (não circulante)	-	16.932	16.932	15209
Investimentos temporários - subtotal	46.773	16.932	63.705	61.024

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida Bruta	3.448	32.089	429.450	464.987	493.057
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.282	21.092	345.194	367.568	388.643
Debêntures Moeda Nacional	2.166	10.997	84.256	97.419	104.414,00
(-) Ativos Financeiros	-	(59.860)	(16.932)	(76.792)	(93.161)
Alta Liquidez	-	(59.860)	(16.932)	(76.792)	(93.161)
(+) Dívida Líquida	<u>3.448</u>	<u>(27.771)</u>	<u>412.518</u>	<u>388.195</u>	<u>399.896</u>

10.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

O financiamento contratado pela Companhia possui garantias reais e fidejussórias e *covenants* (não financeiros), cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. O contrato define a obrigatoriedade de constituição de Conta Reserva, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA ajustado, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras societárias; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA ajustado, medido na fiadora, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras societárias.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0

1ª debêntures

3,1
4,2

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

Em 31 de dezembro 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	219.243	118.897
(-) Reserva de incentivo fiscal	(24.432)	(19.149)
(-) Reserva legal	(10.962)	(997)
Lucro líquido ajustado	<u>183.849</u>	<u>98.751</u>
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	<u>1.839</u>	<u>988</u>
Dividendos adicionais:		
Dividendos adicionais propostos	-	68.138
Realização da Reserva de lucros a realizar	-	6.228
Total dividendos	<u>1.839</u>	<u>75.354</u>

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.115
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	39.106
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	988
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.228
Pagamento de dividendos no exercício	(46.221)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>7.216</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	68.138
Pagamento de dividendos no exercício	(75.354)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	1.839
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.839</u>

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 141.712 (R\$ 118.770 em 31 de dezembro de 2024), representado por 141.712.501 (cento e quarenta e um milhões e setecentos e doze mil e trezentos e trinta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 24 de abril de 2025, foi deliberado e aprovado por meio da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o aumento do capital social da Companhia em R\$ 22.943, mediante a integralização da reserva legal sem a emissão de novas ações.

12.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(i)	76.863	52.431
Reserva legal	(ii)	10.962	22.942
Reserva de lucros a realizar	(iii)	405.036	239.461
Reserva para investimento e expansão		130.749	114.314
Reserva de dividendos adicionais propostos	(iv)	-	68.138
Proventos excedentes da contabilidade societária	(v)	(503.320)	(371.970)
Total		<u>120.290</u>	<u>125.316</u>

i. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 76.863 (R\$ 52.431 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 24.432 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2024 (R\$ 19.149 no exercício de 2024).

ii. Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09), desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.962 (R\$ 997 em 31 de dezembro de 2024).

iii. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela do lucro societário do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constitui-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essa reserva é utilizada para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	239.461	245.689
Realização	-	(6.228)
Constituição	165.575	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>405.036</u>	<u>239.461</u>

iv. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, não houve destinação para reserva de dividendos adicionais propostos (R\$ 68.138 em 31 de dezembro de 2024).

v. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ (503.320) e em 31 de dezembro de 2024 R\$ (371.970).

13. Pessoal e Administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

	2025	2024
Pessoal	<u>(3.752)</u>	<u>(3.195)</u>
Remuneração	(3.099)	(2.560)
Encargos	(97)	(88)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(556)	(514)
Outros benefícios – corrente	-	(33)
Administradores	<u>(235)</u>	<u>(484)</u>
Honorários (Diretoria e Conselho)	(235)	(484)
Total	<u>(3.987)</u>	<u>(3.679)</u>

14. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	11.579	10.681
Variação monetária da dívida	-	228
PIS/COFINS sobre receita financeira	(547)	(504)
Outras receitas financeiras	195	162
Receitas financeiras	<u>11.227</u>	<u>10.567</u>
Encargos da dívida (a)	(28.886)	(31.300)
Variação monetária da dívida	(4.279)	(5.379)
Outras despesas financeiras	(6.629)	(8.130)
Despesas financeiras	<u>(39.794)</u>	<u>(44.809)</u>
Resultado financeiro	<u>(28.567)</u>	<u>(34.242)</u>

(a) A diminuição nos encargos da dívida ocorreu em função da redução do saldo da dívida em 5,1% na comparação entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas (*), principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	136	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	190	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	100	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	83	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	-	-	272	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	-	-	22	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	308	-
Total		-	-	<u>1.111</u>	-
Outras contas a receber					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	16	28
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	16	21
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	4	8
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	2	6
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	3	10
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	1	4
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	55	117
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	55	116
JÁIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	10	17
ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	3	7
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	3	6
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	16	22
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	9	13
Total		-	-	<u>193</u>	<u>375</u>
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(64)	(293)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(22)	(136)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(19)	(54)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(9)	(42)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	(19)	(46)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	(5)	(15)
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(150)	(419)
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	(180)	(572)
JÁIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	(460)	(1.984)

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	(30)	(38)
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A	(b)	-	-	(4)	(8)
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(46)	(81)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. Controladora direta	(b)	-	-	(55)	(82)
Equatorial Transmissão S.A.	(c)	-	-	(1.448)	(5.096)
Total		-	-	(2.511)	(8.866)
Dividendos a pagar Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	(1.839)	-	(7.216)	-
Total		(1.839)	-	(7.216)	-

15.1 Garantias e fianças

A Equatorial Transmissão S.A. controladora direta da Companhia, presta garantias como avalista ou fiadora da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos e debêntures, conforme abaixo listados:

Moeda Nacional (R\$)	Garantias
Banco do Nordeste	Fiança Bancária + Conta Reserva

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. Houve distrato do contrato de remuneração de aval em 26/05/2025.

15.2 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com quatro membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 236 (R\$ 484 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	96.697	80.654
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(32.877)	(27.422)
Incentivos fiscais (a)	24.432	19.149
Ativo contratual - CPC 47	(359)	3.332
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.804)	(4.941)

17. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		13.087	-	13.087	32.137	-	32.137
Investimentos temporários		46.773	-	46.773	45.815	-	45.815
Concessionárias e permissionárias		24.889	-	24.889	22.488	-	22.488
Tributos compensáveis		10.894	-	10.894	6.501	-	6.501
Serviços em curso		1.800	-	1.800	1.112	-	1.112
Despesas pagas antecipadamente		-	2.022	2.022	15	6.366	6.381
Ativos de contratos	17.1	-	162.960	162.960	-	164.643	164.643
Outros ativos circulantes		155	-	155	646	16	662
Total do ativo circulante		97.598	164.982	262.580	108.714	171.025	279.739
Não circulante							
Investimentos temporários		16.932	-	16.932	15.209	-	15.209
Tributos compensáveis		-	-	-	3	-	3
Imobilizado	17.2	636.663	(636.663)	-	640.295	(640.295)	-
Intangível	17.4	2.697	(2.153)	544	2.723	(2.154)	569
Ativos de contratos	17.1	-	1.402.24	1.402.242	-	1.181.34	1.181.340
			2			0	
Total do ativo não circulante		656.292	763.426	1.419.718	658.230	538.891	1.197.121
Total do ativo		753.890	928.408	1.682.298	766.944	709.916	1.476.860

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		5.440	-	5.440	6.401	-	6.401
Empréstimos, financiamentos e debêntures		35.537	-	35.537	35.013	-	35.013
Dividendos declarados		1.839	-	1.839	7.216	-	7.216
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		8.784	-	8.784	-	-	-
Tributos a recolher		1.387	-	1.387	6.365	-	6.365
Encargos setoriais		2.135	-	2.135	1.687	-	1.687
PIS e COFINS diferidos	17.6	-	6.840	6.840	-	5.616	5.616
Outros passivos circulantes		7.316	-	7.316	8.132	-	8.132
Total do passivo circulante		62.438	6.840	69.278	64.814	5.616	70.430
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		429.450	-	429.450	458.044	-	458.044
Tributos diferidos	17.6	-	280.307	280.307	-	213.443	213.443
PIS e COFINS diferidos	17.6	-	137.941	137.941	-	118.887	118.887
Total do passivo não circulante		429.450	418.248	847.698	458.044	332.330	790.374
Patrimônio líquido							
Capital social		141.712	-	141.712	118.770	-	118.770
Reserva de incentivos fiscais		76.863	-	76.863	52.430	-	52.430
Reserva legal		10.962	-	10.962	22.942	-	22.942
Reserva de Lucros a Realizar		405.036	-	405.036	239.461	-	239.461
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	68.138	-	68.138
Reserva de Investimentos e Expansão		130.749	-	130.749	114.315	-	114.315
Proventos excedentes da contabilidade societária		(503.320)	503.320	-	(371.970)	371.970	-
Total do patrimônio líquido	18	262.002	503.320	765.322	244.086	371.970	616.056
Total do passivo e patrimônio líquido		753.890	928.408	1.682.298	766.944	709.916	1.476.860

VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Resultado do exercício

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Transmissão de energia	17.7	168.223	(168.223)	-	158.591	(158.591)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato	17.7	-	353.002	353.002	-	201.649	201.649
Receita de O&M	17.7	-	34.440	34.440	-	11.942	11.942
Outras receitas		66	-	66	-	-	-
		<u>168.289</u>	<u>219.219</u>	<u>387.508</u>	<u>158.591</u>	<u>55.000</u>	<u>213.591</u>
Tributos							
PIS-PASEP	17.6	(2.766)	(3.617)	(6.383)	(2.826)	-	(2.826)
Cofins	17.6	(12.578)	(16.661)	(29.239)	(13.015)	-	(13.015)
		<u>(15.344)</u>	<u>(20.278)</u>	<u>(35.622)</u>	<u>(15.841)</u>	<u>-</u>	<u>(15.841)</u>
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.499)	-	(1.499)	(1.476)	-	(1.476)
Taxa de fiscalização		(576)	-	(576)	(558)	-	(558)
		<u>(2.075)</u>	<u>-</u>	<u>(2.075)</u>	<u>(2.034)</u>	<u>-</u>	<u>(2.034)</u>
Receita líquida		<u>150.870</u>	<u>198.941</u>	<u>349.811</u>	<u>140.716</u>	<u>55.000</u>	<u>195.716</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>150.870</u>	<u>198.941</u>	<u>349.811</u>	<u>140.716</u>	<u>55.000</u>	<u>195.716</u>
Custos Gerenciáveis							
Pessoal e administradores		(3.987)	-	(3.987)	(3.679)	-	(3.679)
Material		(65)	-	(65)	(57)	5	(52)
Serviços de Terceiros	17.1	(2.541)	(19.546)	(22.087)	(2.639)	(3.497)	(6.136)
Arrendamentos e aluguéis		(53)	-	(53)	(29)	-	(29)
Depreciação e amortização	17.3 e 17.5	(18.854)	18.820	(34)	(18.843)	18.817	(26)
Outros		(106)	-	(106)	(573)	11	(562)
		<u>(25.606)</u>	<u>(726)</u>	<u>(26.332)</u>	<u>(25.820)</u>	<u>15.336</u>	<u>(10.484)</u>
Resultado da atividade		<u>125.264</u>	<u>198.215</u>	<u>323.479</u>	<u>114.896</u>	<u>70.336</u>	<u>185.232</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		11.227	-	11.227	10.567	-	10.567
Despesas financeiras		(39.794)	-	(39.794)	(44.809)	-	(44.809)
		<u>(28.567)</u>	<u>-</u>	<u>(28.567)</u>	<u>(34.242)</u>	<u>-</u>	<u>(34.242)</u>
Resultado antes do impostos sobre o lucro		<u>96.697</u>	<u>198.215</u>	<u>294.912</u>	<u>80.654</u>	<u>70.336</u>	<u>150.990</u>
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social		(33.236)	-	(33.236)	(24.090)	-	(24.090)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos	17.6	-	(66.865)	(66.865)	-	(27.152)	(27.152)
Incentivos fiscais		24.432	-	24.432	19.149	-	19.149
	16	<u>(8.804)</u>	<u>(66.865)</u>	<u>(75.669)</u>	<u>(4.941)</u>	<u>(27.152)</u>	<u>(32.093)</u>
Lucro líquido	19	<u>87.893</u>	<u>131.350</u>	<u>219.243</u>	<u>75.713</u>	<u>43.184</u>	<u>118.897</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

17.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 1.565.202 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.345.983 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente pela contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados.

17.2 Imobilizado

O ajuste de (R\$ 636.663) em 31 de dezembro de 2025 ((R\$ 640.295) em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

17.3 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

17.4 Intangível

O ajuste de R\$ 2.153 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.154 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

17.5 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo imobilizado e passam a ser depreciados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

17.6 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 280.307 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 213.443 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 144.781 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 124.503 em 2024), onde todos os efeitos são referentes à aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo a 9,25% da receita de construção e remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

17.7 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e impostos diferidos.

18. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	765.322	616.056
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória (a)		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01) / (CPC 47) (a)	(503.320)	(371.970)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>262.002</u>	<u>244.086</u>

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

19. Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	219.243	118.897
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(131.350)	(43.184)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	<u>87.893</u>	<u>75.713</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.839
Total	<u>1.839</u>

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	388.643	(20.240)	(25.942)	25.107	367.568
Debêntures	104.414	(11.502)	(4.839)	9.346	97.419
Dividendos	7.216	(75.354)	-	69.977	1.839
Total	<u>500.273</u>	<u>(107.096)</u>	<u>(30.781)</u>	<u>104.430</u>	<u>466.826</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Equatorial Transmissora S.A, sua controladora.

22. Eventos subsequentes

- Pagamento de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.231 mil referentes aos juros e de R\$ 2.455 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, 1ª série das debêntures e R\$ 1.125 mil referentes aos juros e de R\$ 3.280 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, 2ª série das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

- Prorrogação benefício SUDENE

Em 19 de fevereiro de 2026, foi publicado o Ato Declaratório SUDENE, o qual estende o prazo de fruição do incentivo fiscal concedido à Companhia até 31 de dezembro de 2034, nos termos da legislação aplicável.

O referido Ato Declaratório formaliza a continuidade do enquadramento do empreendimento da Companhia no regime de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, mantidas as demais condições e requisitos legais.

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora

Artur Fabiano Marques,
Diretor

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,
Diretor

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O